

Dívida externa e desdolarização

Em muitos dos debates entre economistas, especialmente aqueles transmitidos pela televisão, os grandes temas são os relativos à dívida externa, que hoje tem um grande peso nas decisões econômicas. As soluções geralmente apontadas são, no plano externo, a decretação de uma moratória unilateral e, no plano interno, a *desdolarização* de nossa economia. O encontro organizado segunda-feira última no Rio de Janeiro pela Associação Promotora de Estudos de Economia — Apec — teve o grande mérito de mostrar a total inutilidade das sugestões apresentadas.

Os defensores da solução da moratória apoiavam-se em dois argumentos principais. O primeiro rezava que, unidos, os países devedores da América Latina poderiam impor suas condições aos credores, países como a Argentina e o México haviam declarado moratória e estavam em melhores condições de pagar suas dívidas externas. Ora, segundo o economista Antônio Carlos Lemgruber, entre os grandes devedores da América Latina, o Brasil será o único a apresentar, em 1984, grande déficit

nas transações correntes do balanço de pagamentos; isto é, será o único a necessitar aumentar sua dívida externa para pagar os juros dela. Partindo dessa verificação, o sonho da "Opep dos devedores" perde muito da sua força, na realidade, verifica-se que alguns países que, aparentemente, estavam em situação pior do que o Brasil, hoje são capazes de reduzir sua dívida externa graças a uma política de ajustamento. O argumento da moratória, ao qual esses países teriam recorrido, não faz muito sentido: o Brasil, sem oficializá-la, praticou uma moratória tão vultosa e de prazo maior do que os outros países latino-americanos.

Se o Brasil atravessa situação mais delicada do que outros países, isso se deve a uma série de fatores. Em primeiro lugar a dependência do petróleo importado, apesar dos progressos alcançados para reduzi-la, não permite diminuir tão drasticamente as importações como o fizeram outros países. Existe também outro fator importante: por ser exportador importante de produtos manufaturados, o Brasil tem grande dependência de financiamentos do

Exterior, o que eleva a conta de juros a pagar. Finalmente, seria interessante examinar se um país como o México, por exemplo, não levou muito mais a sério do que o Brasil seu programa de ajustamento, obtendo assim resultados mais rápidos.

O fato é que, com um superávit esperado de nove bilhões de dólares na balança comercial do presente exercício, o País não terá meios de fechar a conta de transações correntes em posição equilibrada, pois terá de pagar 15 bilhões de dólares, o que exige novos empréstimos externos, que, naturalmente, aumentarão os juros a ser pagos ao Exterior.

O Brasil só poderá sair dessa situação se conseguir renegociar os juros ou encontrar um sistema automático de refinanciamento deles. Isso não impedirá que se encontrem, no plano interno, meios para acelerar o processo de ajustamento ao menor custo social possível.

O problema da *desdolarização* é também um falso problema, ainda que seja justificado em nome da necessidade de reduzir as taxas de juros internas. Os economistas Basílio

Martins, Paulo Guedes, Roberto Castello Branco, assim como o presidente da Andima, Carlos Brandão, mostraram que a *dolarização* da economia brasileira — que certamente foi excessiva — respondeu a um movimento generalizado.

A emissão de ORTN cambial foi a consequência da manipulação que o próprio governo fez na correção monetária, por outro lado, verifica-se que, num período relativamente longo, os rendimentos auferidos pelos possuidores de ORTN cambial foram inferiores à inflação, levando em conta a tributação. A *desdolarização* da economia brasileira pode tomar apenas uma forma: pôr em ordem a casa para aumentar a poupança interna, o que exigirá a eliminação do verdadeiro mal da economia brasileira: o déficit público. A *desdolarização* far-se-á, então, naturalmente. Ao procurar *desdolarizar* artificialmente nossa economia, corre-se apenas o risco de aumentar o déficit público e os privilégios de uma minoria, além de impedir-se uma volta mais rápida a uma situação cambial tranqüila em que se conseguirá reduzir a zero o déficit em transações correntes.